ARTIGO

*Distribuição da riqueza e formas de acumulação
numa economia escravista (magé, 1850-1888).¹*

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Departamento de História - UFOP

O estudo da sociedade escravista brasileira a partir de sua hierarquização social (e da exclusão daí resultante) tem ganhado volume e complexidade nos últimos anos. A luta contra uma visão dessa sociedade como dividida quase exclusivamente entre senhores (aliás, grandes senhores) e escravos² teve como consequência principal a percepção de que era necessário conhecer de uma forma mais profunda a diferenciação social existente no seio da população livre, diferenciação esta sem dúvida alguma fundamental na compreensão do próprio fenômeno da escravidão. Ou, de outra forma, ficou claro que já não era somente a escravidão a única responsável por explicar a estrutura social desse período, mas que também essa mesma estrutura podia ajudar a melhor compreender o fenômeno escravista.

O trabalho que melhor sintetiza essa visão é o de João Frago e Manolo Florentino;³ os primeiros a criarem, ao nosso ver,

¹ Este artigo compreende a segunda parte, modificada, do Capítulo 2 de nossa Dissertação de Mestrado: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, "Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)". Niterói, UFF, 1994, pp. 43-96.

² O principal expoente dessa visão é, sem dúvida, Caio Prado Júnior: "Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos (...). Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia (...). Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados." In: PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1992 (22a. ed.).

³ FRAGOSO, João L.R., "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888." Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado) ; _____ e FLORENTINO, Manolo G., *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993; FLORENTINO, Manolo G., *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

uma autêntica economia política da escravidão, correlacionando-a corretamente com a estrutura social mais ampla. Em seus trabalhos sobre o tema, tais autores demonstram, de maneira inofismável, que o escravismo dependia, para sobreviver, da profunda diferenciação social estabelecida entre os homens livres, ao mesmo tempo em que era, ele mesmo, um instrumento desta diferenciação. E isso porque somente uma hierarquização de caráter excludente (e cujo principal mecanismo de reiteração era a esfera mercantil) permitia a contínua recriação de sistemas agrários. O que era uma condição essencial para a realização do sobretrabalho extraído dos escravos, pois através dessa recriação ampliava-se o mercado interno sem com isso modificar-se seu caráter restrito.

A principal contribuição destes autores localiza-se, sem dúvida, na comprovação da existência de uma acumulação de capitais interna e na explicitação dos mecanismos que transformavam tal acumulação em mecanismo de reiteração da sociedade escravista e de seu caráter excludente.

Inicialmente, Fragoso e Florentino questionam a própria base da corrente historiográfica mais tradicional, ou seja, as relações entre a colônia e a metrópole, mostrando que o caráter arcaico da sociedade e do Estado em Portugal não permitiam que este se comportasse como uma metrópole, ou melhor, da forma esperada por tais historiadores:

Vemos que se a economia colonial tinha por objetivo propiciar a acumulação prévia na metrópole, não foi esse o seu papel em Portugal. Se tomamos o século XVIII, veremos uma Inglaterra em pleno *take-off* contraposta a uma economia portuguesa que, apesar do polêmico projeto pombalino, parece caminhar em direção oposta, ou seja, ao não-capitalismo.⁴

Dentro desse panorama, o comércio tinha como principal função a manutenção da hierarquia social pré-existente, pelas mãos de um grupo típico da península ibérica: os fidalgos-mercadores. Através de sua participação no comércio, a nobreza portuguesa garantia para si rendas que lhe permitiam manter seu status no

⁴ FRAGOSO, João L.R., *Homens...*, p.67.

interior da sociedade, ao mesmo tempo em que impedia o surgimento de um grupo forte de mercadores desvinculados dessa hierarquia. Na verdade, os comerciantes que conseguem ascender socialmente acabam por se aristocratizar.⁵ Ou seja, o excedente retirado pela metrópole de suas colônias era utilizado para garantir a manutenção, e não a superação dessa sociedade. Repare-se, no entanto, que ao esterilizar o capital adquirido na esfera mercantil em bens de prestígio (títulos de nobreza, terras, etc.), os fidalgos-mercadores e os mercadores-fidalgos (comerciantes que buscavam enobrecer-se) acabavam por reduzir severamente sua própria capacidade de acumulação, permitindo assim que amplas esferas do comércio colonial fossem dominadas por comerciantes estabelecidos no Brasil, como no caso do tráfico atlântico de escravos.⁶

A conseqüência desse caráter arcaico de sua estrutura sócio-econômica é que, ao assumir a função de simples intermediário no fornecimento de produtos para suas colônias (uma vez que sua frágil economia não era capaz de produzir a maioria dos bens necessários às mesmas), e se negar a estabelecer um modelo monopolista no mesmo (para garantir a participação da nobreza), Portugal acabou por permitir que parte do excedente gerado no Brasil aqui permanecesse, nas mãos de um grupo mercantil que vai aos poucos se formando.⁷

A partir dessa visão inicial, Fragoso e Florentino constataam que esse mesmo grupo acaba por constituir-se na verdadeira elite econômica do Brasil, monopolizadora das atividades mais rentáveis da economia colonial.⁸ Elite essa que, no entanto, ao se apropriar desse excedente não o esteriliza (ao menos em sua maior parte), pois o faz retornar para a agricultura, através de inversões que têm por finalidade transformar o comerciante em senhor de terras e escravos. Isso só era possível porque nesta sociedade, devido à sua feição pré-capitalista, não se buscava o lucro por si mesmo (se assim fosse, os comerciantes provavelmente jamais abandonariam suas atividades), e

⁵ HANSON, Carl A., *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, Cap. 2.

⁶ FLORENTINO, Manolo G., *Em costas negras...*, p. 127.

⁷ FRAGOSO, João L.R., *Homens...*, pp. 68-72.

⁸ FRAGOSO, João L.R. e FLORENTINO, Manolo, *O arcaísmo...*, Cap. III.

sim a conquista e manutenção de uma posição social privilegiada dentro da mesma, o que só seria possível, numa economia agrícola e escravista, através da aquisição de terras e homens. O hiato existente entre essa apropriação do excedente e seu reinvestimento na agricultura (bem como o desvio de uma parte do mesmo para outros fins) era suportado por esta com relativa facilidade graças ao baixo custo de seus principais fatores constitutivos: terras, homens e alimentos. O resultado dessa engrenagem era a reiteração contínua de uma sociedade altamente excludente, graças à recriação constante de novos sistemas agrários, num movimento comandado pelo capital mercantil.

O resultado desta e de outras pesquisas⁹ obriga-nos a enfrentar de frente o fato de que já não é suficiente termos o conhecimento das desigualdades sociais existentes nessa sociedade. Cabe-nos agora explicar de que forma essas desigualdades surgiam, se reiteravam ou mesmo se aprofundavam, bem como o que elas representavam de forma clara para aqueles que as viviam.

Em sua tese de doutorado, João Fragoso¹⁰ demonstrou, de forma bastante clara, não só a profunda hierarquização existente no seio da população livre, como os instrumentos que geravam o que denominou de "diferenciação excludente". O caráter altamente concentrado do mercado então existente, característico de sua natureza pré-capitalista, tinha como sua principal consequência o monopólio das atividades mercantis nas mãos de um reduzido número de grandes comerciantes (os "comerciantes de grosso trato") que, por tabela, controlavam também as possibilidades de acumulação de capitais.

Ao converter suas fortunas em bens agrários, tais comerciantes acabavam por gerar, na área rural, uma diferenciação

⁹ Entre outros: VINHAES, Eliana M.G., "Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local." Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (Dissertação de mestrado); MOTTA, Márcia M.M., "Pelos Bandas d'além (fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora - 1808-1888)." Niterói, UFF, 1989 (Dissertação de mestrado) ; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

¹⁰ Fragoso, João Luís R., "Comerciantes...", Capítulos 5 e 6.

social tão profunda quanto a existente nas atividades mercantis. Como esta conversão era freqüente (uma vez que raros comerciantes de grosso trato permaneciam na atividade mercantil até a sua morte), temos a recriação constante, nas áreas cuja fronteira agrícola encontrava-se aberta, de sistemas agrários perpassados de cima a baixo por enormes diferenciações sociais. Além disso, muitos dos herdeiros destes grandes comerciantes também se utilizavam do comércio e da usura para permanecerem no topo da hierarquia social, tendendo a abandonar tais atividades quando atingiam seu objetivo. Obviamente, a utilização destes mecanismos permitia a perpetuação e mesmo o aprofundamento da estrutura hierárquica existente em tal sociedade. E outro não era, sem dúvida, o desejo da elite agrária.

Tendo em vista este quadro inicial, fica-nos a pergunta: até que ponto o mesmo é válido para as áreas produtoras de alimentos? A fim de averiguarmos as especificidades das mesmas, optamos aqui por nos aprofundarmos na análise da estrutura social mageense, para estudarmos as clivagens existentes entre os diversos grupos, bem como conhecer os instrumentos que permitiam o estabelecimento da hierarquização aí presente, de forma a percebermos as possíveis semelhanças e/ou diferenças em relação às áreas agroexportadoras.

Magé, município situado no fundo do recôncavo da Baía de Guanabara, serve-nos sob medida para esta análise, pois desde o início da colonização fluminense esteve voltada para a produção de alimentos, com a produção de açúcar (e depois de café) ocupando sempre um espaço secundário em seu interior. Além disso, na segunda metade do século passado apresentava-se como uma importante área abastecedora da Corte, com uma economia bastante mercantilizada.

Com a intenção de iniciarmos nossa análise de sua estrutura, montamos as tabelas 1.1 a 1.4, 2 e 3.

Tabela 1.1: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1850-1856). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	4	10	19810,75	48	6022,04	45	11589,89	51
B	8	20	13373,69	32	4528,31	34	6961,29	30
C	27	70	8337,75	20	2776,78	21	4303,1	19
Total	39	100	41522,19	100	13327,13	100	22854,33	100

Ações □	% □	D.Públ □	% □	D.ativa □	% □	D.Pass. □	% □
-----	--	538,13	36	148,23	20	1830,12	24
-----	--	956,67	64	399,43	56	2370,17	32
-----	--	-----	--	171,16	24	3264,28	44
-----	--	1494,80	100	718,82	100	7464,57	100

Grupo A: +3.000 libras

Grupo B: 1.000 a 3.000 l

Grupo C: - 1.000 l

Fontes: Inventários "post-mortem" dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios de Magé.

OBS: F. total: Fortuna Total

Inv.: Número de inventários

B. Raiz: Bens de raiz

D. Pass: Dívida Passiva

D. Públ: Dívida Pública

Tabela 1.2: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1860-66). valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	5	10	32532,64	51	9554,95	57	18457,71	52
B	12	25	19498,43	31	4549,59	27	10104,76	29
C	32	65	11763,42	18	2701,27	16	6518,86	19
Total	49	100	63794,49	100	16805,81	100	35081,33	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
139,75	100	-----	--	2185,07	41	524,82	5
-----	--	-----	--	1964,35	37	5962,90	63
-----	--	-----	--	1159,91	22	3008,15	32
139,75	100	-----	--	5309,33	100	9495,87	100

Fontes: ver tabela 1.1

Obs: Um dos inventários do grupo A não apresentou as declarações sobre dívidas ativas/passivas. Os dados relativos ao grupo devem ser vistos, portanto, com reservas quanto a esses ítems.

Tabela 1.3: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1870-76). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	4	12	19585,09	48	460,01	29	4030,52	31
B	8	23	12669,45	31	155,62	23	4852,55	37
C	22	65	8285,03	21	556,87	28	4259,63	32
Total	34	100	40539,57	100	172,50	100	13142,70	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
5860,28	96	-----	--	1736,47	62	648,52	18
218,28	4	565,00	71	683,87	24	1716,38	49
-----	--	226,00	29	404,18	14	1177,24	33
6078,56	100	791,00	100	2824,52	100	3542,14	100

Fontes: ver tabela 1.1.

Tabela 1.4: Participação dos grupos de fortuna nos principais itens dos inventários (1880-1886). Valores em libras.

Grupo	Inv	%	F.Total	%	B.raiz	%	Escravo	%
A	1	2	4356,87	15	1809,18	20	1478,96	15
B	6	10	10475,98	37	2764,13	31	3202,48	34
C	50	88	13544,20	48	4333,13	49	4818,75	51
Total	57	100	28377,05	100	8906,44	100	9500,19	100

Ações	%	D.Públ	%	D.ativa	%	D.Pass.	%
-----	--	112,11	4	657,48	17	-----	--
-----		2140,28	87	1015,81	26	558,76	11
39,67	100	215,12	9	2175,49	57	4724,07	89
39,67	100	2467,51	100	3848,78	100	5282,83	100

Fontes: ver tabela 1.1.

Tabela 2: Participação percentual dos principais itens dos inventários na fortuna de cada grupo (1850-1886).

Anos	Grupo	Raiz	Escravo	Ações	D.Públ	D Ativa	D. Pass
1850 / 1856	A B C		58,50 52,05 51,61	---- --- --	2,72 15	0,75 99 5	9,24 7,72 9,15
1860 / 1866	A B C	29,37 23,33 22,96	56,74 51,82 55,42	0,43 ---- ----	---- ---- ----	6,72 10,07 9,86	1,61 30,58 25,57
1870 / 1876	A B C	35,23 17,0 130, 86	35,31 38,30 51,41	12,18 1,7 2 -	---- 4,46 2,73	11,79 5,40 88	6,32 13,55 14,21
1880 / 1886	A B C	41,52 26,3 931, 99	33,95 30,57 35,58	---- --- 0,2 9	2,57 0,43 59	15,09 9,70 6,06	---- 5,33 34,88

Fontes: ver tabela 1.1.

Obs: No período 1870/76, retiramos do total o maior inventário, com uma fortuna de 9.320,36 libras¹¹, pois o seu perfil de investimentos destoava dos demais, estando concentrado em ações (50%) e em dinheiro (29%), não havendo investimentos em bens agrários.

¹¹ Inventário "post-mortem" de Marianna Ernestina de Azevedo Leite, 1876; Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

Tabela 3: Preço médio dos escravos e número médio de cativos por inventário (1850-1886).

Anos	P.M.	M/I
1850/51	37,94	12,95
1855/56	69,40	10,88
1860/61	95,40	7,52
1865/66	61,90	11,38
1870/71	61,58	7,18
1875/76	82,80	4,00
1880/81	55,15	4,38
1885/86	19,50	4,57

Fontes: ver tabela 1.1.

Obs: P.M.: Preço médio em libras dos escravos

M/I: Número médio de escravos por inventário

As tabelas apresentadas acima foram montadas com o intuito de nos ajudar na compreensão da evolução do sistema agrário magueense. Assim sendo, optamos por inserir nas mesmas os itens que consideramos mais importantes para esta análise. O investimento em bens de raiz e em escravos estava ligado mais diretamente à própria manutenção do sistema agrário. Tendo em vista o caráter extensivo da agricultura brasileira nesse período, o investimento em terras e escravos apareciam sempre como os mais importantes em participação nas fortunas agrárias. O termo "bens de raiz" não engloba, contudo, apenas os investimentos em terras, mas também aqueles realizados em plantações e construções, como casas e engenhos de farinha, parecendo-nos portanto o mais indicado para a análise dos investimentos realizados nas unidades agrícolas. Já os investimentos em dívida pública, ações e dívida ativa pareceram-nos importantes não só por conta de seus percentuais, freqüentemente elevados, como por servirem para explicitar as estratégias de atuação dos grupos de fortuna. O estudo das dívidas passivas, por sua vez, é importante para o conhecimento do grau de endividamento dos diversos grupos e da economia como um todo e, portanto, de sua capacidade de reprodução a longo prazo. Por fim, como estamos

trabalhando com um universo pequeno de dados, os percentuais aqui apresentados devem ser vistos sobretudo enquanto indicativos de tendências e características mais gerais, e não como números absolutamente precisos. Feitas essas considerações iniciais, veremos que a análise das tabelas mostram-nos uma evolução até certo ponto surpreendente.

A primeira coisa que nos salta aos olhos, ao analisarmos a tabela 1.1, é o grau de concentração da riqueza. Não mais do que 10% dos inventariados controlavam metade de toda a riqueza levantada, enquanto os 70% mais pobres controlavam apenas 20%. Se levamos em conta que os inventários, por definição, não englobam aqueles que não possuíam riquezas para inventariar (e, portanto, não representam o quadro geral existente na sociedade), veremos que esta concentração era, na realidade, ainda maior. O que estamos falando não é, sem dúvida, uma novidade. Reflete, na verdade, o mesmo quadro que João Fragoso encontrou tanto para a cidade do Rio de Janeiro como para o município de Paraíba do Sul. Neste último, segundo o autor, o grupo A de fortuna (também composto por 10% dos inventariados) concentrava 52% do montebromo total em 1855/60.¹² É fundamental lembrar-nos, porém, que o denominado grupo A deste município era composto por fortunas acima de 10.000 libras, muito superiores portanto às encontradas em Magé, onde apenas um dos inventários analisados possuía fortuna superior a esse valor. Assim sendo, temos em ambas as áreas uma concentração idêntica em termos percentuais, ainda que bastante distinta quanto aos níveis de riqueza apresentados. Em outras palavras, o que esta comparação deixa claro é o caráter estrutural da concentração de riqueza, já apontado por Fragoso, e que era fundamental para a manutenção de um sistema social cujas relações de produção eram também relações de poder.

Assim sendo, não nos surpreende que o controle da elite mageense sobre a economia local se fizesse sentir principalmente na propriedade dos bens de raiz e dos escravos. Como dissemos, é nesses dois itens que encontramos a chave para a reprodução do sistema agrário. Ao controlá-los, o grupo A passa a concentrar em

¹² Fragoso, João Luís R., "Comerciantes...", p.597.

suas mãos a própria capacidade de reprodução desse sistema, ditando o ritmo e a forma em que a mesma dar-se-ia. Por outro lado, no que se refere a outros tipos de investimentos, desvinculados do universo propriamente agrário, como os ligados às ações e dívidas públicas, vemos um interesse ínfimo por parte dessa elite (expresso no percentual de 3,47% de participação desses itens em sua fortuna total, segundo a tabela 2), que prefere concentrar-se naquilo que é sua própria razão de ser, ou seja, a atividade agrária escravista (onde estão 88,9% de seus investimentos), permitindo assim que os outros grupos predominem nesse tipo de aplicação. Seguiu, assim, o padrão de comportamento de outras elites agrárias, como a de Paraíba do Sul, que pouco se utilizavam do mercado como instrumento de acumulação após a montagem de suas unidades produtivas, limitando-se praticamente a vender sua produção e comprar novos cativos. Por fim, o seu grau de endividamento era significativamente menor do que os dos outros grupos, tanto em termos absolutos quanto em percentual, garantindo-lhe assim a sua reprodução e consequente manutenção do "status" de grupo privilegiado no interior da sociedade.

Quanto ao grupo B de fortuna, somos tentados a defini-lo como uma espécie de setor médio dessa sociedade nesse período inicial, com todos os riscos que este termo tão impreciso possa possuir. E isto porque ele representava, ao menos em meados do século XIX, um meio termo entre os dois pólos de riqueza. Em primeiro lugar, não podemos considerá-lo como um grande responsável pela concentração de riqueza. Afinal, os 20% dos inventariados pertencentes a tal grupo controlavam apenas 32% de toda a fortuna levantada no período. Não enfeixavam em suas mãos, portanto, o controle da reprodução do sistema, mas bem que gostariam. Seu perfil de investimentos é bastante semelhante com o encontrado no grupo A, concentrando-se em bens de raiz e escravos. Além disso, controlavam os investimentos em dívida pública e em dívida ativa, apesar dos valores pouco significativos. Possuía, no entanto, uma maior necessidade de recursos para investir, o que levava-o a um endividamento significativo, equivalente a quase 1/5 de sua fortuna total. Tratava-se de um grupo que buscava, portanto, ascender socialmente através do uso dos mecanismos de mercado.

Por fim, temos no grupo C os representantes da pobreza local (ainda que não de toda ela). Os 70% de infortunados que a ele pertenciam controlavam tão-somente 20% da riqueza total. A sua principal característica é, sem dúvida, a carência. É o grupo que menos investe em terras, animais, edificações ou escravos. Além disso, como vimos, a maioria dos arrendatários pertencia a ele. Para aqueles que não dispunham de capital para investimentos, o arrendamento podia tornar-se não o melhor, mas o único meio de acesso à terra. Mesmo assim, esse grupo vai seguir o padrão ditado pela elite local, e também concentrará os seus investimentos em bens de raiz e em escravos. A falta de capital, contudo, não deixará de cobrar seu alto preço. A consequência é que o setor mais pobre dos inventariados apresenta um grau de endividamento bastante elevado, correspondendo a praticamente a metade de todas as dívidas levantadas, e comprometendo quase 40% de sua fortuna total, um índice sem dúvida elevado, e que aponta para um empobrecimento ainda maior deste grupo a longo prazo.

Nesse ponto, já podemos avançar algumas conclusões iniciais. Em primeiro lugar, salta aos olhos o elevado nível de concentração da riqueza encontrado, bem como a hierarquização social daí decorrente. Estamos diante de uma sociedade que apenas consegue reproduzir-se a partir da exclusão da maioria dos seus membros, livres e escravos. Exclusão esta que, para a população livre e pobre, não significava necessariamente a não-propriedade absoluta (quanto a estes, os miseráveis, não temos condições de medir sua participação na população total). Significava, isso sim, a impossibilidade de uma atuação verdadeiramente importante no nível macroeconômico, uma vez que não exercia qualquer controle sobre os mecanismos de comercialização ou sobre os principais fatores de produção: terras e homens.

Além disso, estamos diante de uma sociedade que opera sob duas lógicas claramente distintas: uma, a da empresa escravista mercantil, representada sobretudo pelo grupo A e, secundariamente, pelo grupo B. O melhor ítem para nos mostrar o funcionamento dessa lógica é exatamente o perfil escravista desse setor, uma vez que aí estava a maior parte dos seus investimentos. No grupo A temos, entre 1850 e 1856, um plantel médio de 51 escravos, com

uma razão de masculinidade de 167 e 55,17% dos quais com idades entre 14 e 40 anos. Tais números deixam claro que a reprodução do plantel e, por extensão, da própria empresa, dava-se sobretudo através da inserção da mesma nos circuitos mercantis de abastecimento da Corte. Já no grupo B temos, para esse mesmo período, uma média de 17,63 escravos por plantel, com uma razão de masculinidade de 122 e 52,14% dos cativos com idades entre 14 e 40 anos. Números sem dúvida menos brilhantes do que aqueles do grupo A, mas ainda indicadores de uma importante participação do mercado no processo de conformação dessa empresa.

Estamos longe, portanto, de qualquer caracterização da sociedade mageense como "camponesa", ou seja, uma sociedade em que as diferenciações sociais seriam inexistentes ou mínimas, voltada para a produção agrícola e utilizando fundamentalmente a mão-de-obra familiar. Ao contrário, temos aí uma sociedade altamente hierarquizada, onde uma elite agrária possui o virtual monopólio da terra e da riqueza, e onde a parte principal da produção cabe aos escravos. Por outro lado, no entanto, a grande massa existente de pequenos proprietários de terras e cativos, bem como dos despossuídos, obriga-nos a considerar que, se a sociedade não é camponesa, parte importante da mesma o é, já que conta apenas (ou principalmente) com seu próprio trabalho para sobreviver, ao mesmo tempo em que consegue um acesso aparentemente fácil à terra através do sistema de arrendamento. Tais fatos nos indicam, a partir daí, a existência de uma forma de reprodução e de uma racionalidade econômica vinculadas a essa unidade produtiva e distintas daquelas da empresa escravista.

Por fim, destacaríamos o padrão de endividamento existente, inversamente proporcional ao tamanho da fortuna. Esse padrão, extremamente perverso pois concentrava ainda mais a renda (lembramos que a maioria dos credores era de Magé), era a garantia de que o sistema econômico manter-se-ia ao longo do tempo com o mesmo caráter hierarquizado e excludente.

Ao analisarmos a tabela 1.2 encontraremos, grosso modo, o mesmo padrão anterior. Mais uma vez é o grupo A quem controla a metade de toda a riqueza inventariada, com o seu domínio baseado nos bens de raiz e nos escravos. Infelizmente, não temos para este

grupo informações confiáveis a respeito de suas dívidas ativas ou passivas, o que torna nossa análise um tanto imperfeita. Mesmo assim podemos constatar, a partir dos 4 inventários que apresentam tais informações, um grau de endividamento expressivamente menor, de apenas 1,61% de sua fortuna total. Além disso, o investimento do grupo em dívidas ativas ganha maior vulto, tornando-se então o principal beneficiário da usura, se bem que tais dívidas ainda tivessem uma participação muito reduzida na composição do seu patrimônio.

Por sua vez, o grupo B apresenta uma situação um tanto distinta. Embora mantenha o mesmo padrão de investimento do período anterior, o seu grau de endividamento alcança níveis um tanto mais elevados, de praticamente 2/3 do endividamento total e 1/3 da composição de sua fortuna. Cresce também, no entanto, o percentual aplicado em dívidas ativas. Poderíamos concluir daí que o grupo B aumenta a sua participação no mercado, aparentemente a fim de captar recursos para serem investidos na atividade agrária, cujos índices de participação nos investimentos mantêm-se razoavelmente estáveis, com uma queda razoável nas inversões em bens de raiz.

Já o grupo C apresenta um perfil até certo ponto surpreendente, tanto em comparação com o grupo B quanto em relação ao período anterior, com um grau de endividamento bem menor do que o possuído antes e um aumento razoável no item das dívidas ativas.

O panorama geral, contudo, apresentava modificações mais profundas nos anos 70, conforme vemos na tabela 1.3. A princípio, o quadro de concentração da riqueza total não mudara. O grupo A permanecia controlando a metade de todo o monte-mor. No entanto, temos pela primeira vez esse grupo abrindo mão do controle dos bens fundamentais para a atividade agrícola escravista, qual seja, os bens de raiz e os escravos. Em ambos os casos, passamos a ter uma distribuição mais uniforme de sua propriedade, com os mesmos estando distribuídos de forma quase idêntica entre os três grupos. Pela tabela 2, podemos perceber que o grupo A passa a investir menos em escravos do que antes, embora mantenha o mesmo padrão em relação aos bens de raiz. Por outro lado, porém, mais de 1/5 de

suas inversões passam a destinar-se às ações e às dívidas ativas, numa inconfundível ampliação do seu leque de investimentos. Também no grupo B verificamos indícios desse novo direcionamento, mas num grau bem menor do que o anterior. Aqui, mais da metade de todas as inversões ainda estão ligadas aos bens de raiz e escravos, e o perfil dos investimentos permanece bem pouco diversificado. O mais interessante, porém, é o caso do grupo C. Aparentemente alheio às novas tendências de investimentos da elite local, esse grupo insiste em manter o padrão anterior de inversões, concentrando mais de 80% de suas fortunas em bens agrários. Caso tomemos o valor investido em terras por cada grupo, veremos que o mesmo correspondia a menos de 5% da fortuna total do grupo A, a 8,4% para o grupo B, e alcançava 13% no caso do grupo C.

Por fim, temos nos anos 80 uma mudança ainda mais radical de cenário. Pela primeira vez o grupo A não controla ao menos metade de toda a riqueza. E isso não se dá porque o mesmo grupo tenha empobrecido, mas sim porque praticamente sumiu, havendo apenas um representante do mesmo (que ainda assim controla 15% da fortuna total inventariada). Também pela primeira vez temos o grupo C controlando a maior parte da riqueza levantada, e da mesma forma que a elite agrária fizera até pelo menos a década de 1860: concentrando seus investimentos em escravos e bens de raiz, onde alocara então 3/4 de todo o seu investimento. O grupo B, por sua vez, prefere dividir seus investimentos entre estes itens e outros talvez menos lucrativos, mas com certeza mais seguros num momento em que o escravismo enfrenta sua agonia final. Assim, praticamente 1/3 de sua fortuna encontra-se alocada em dívidas ativas e, principalmente, em apólices da dívida pública. O perfil do representante isolado do grupo A assemelha-se ao padrão apresentado no período anterior, apesar da menor diversificação dos investimentos, o que parece garantir a sua representatividade. Seu papel mais importante para nós é o de mostrar a fraqueza econômica desse grupo nos últimos momentos da escravidão.

A primeira coisa a assinalar a respeito do quadro aqui descrito é a sua originalidade em relação ao ocorrido em outras regiões. Se tomarmos como exemplo as áreas agroexportadoras, veremos que a evolução econômica deu-se aí de forma oposta,

havendo a longo prazo um aumento da concentração tanto da fortuna total como em particular dos bens agrários, como no caso já citado de Paraíba do Sul, onde o grupo A de fortuna passa a controlar no período de 1880/85 72% do monte-bruto, 50% do valor das terras, 75% dos cafezais, e 54,7% do total de escravos.¹³ Em outras palavras, não só manteve como ampliou o seu controle sobre o sistema agrário local, deixando clara assim sua opção por reproduzir-se enquanto elite agrária, cuja sorte vinculava-se aos azares não só da agricultura como do escravismo, apesar do enfraquecimento então evidente deste. Concentração ainda maior da riqueza encontramos em Cantagalo,¹⁴ onde o grupo A (composto pelas fortunas acima de 15.000 libras), controlava em 1880 84,7% do Monte-bruto e 62,2% do valor total dos bens de raiz. Apesar de não contarmos com dados equivalentes para outras áreas ligadas ao abastecimento interno, acreditávamos que em Magé o quadro desenvolver-se-ia de forma similar, guardadas as devidas proporções, por conta inclusive das semelhanças iniciais. Encontramos, porém, um quadro bastante diverso, que ao mesmo tempo em que enriquece o nosso conhecimento acerca desse período, exige-nos um esforço explicativo redobrado. Vamos então por partes.

Analisando os dez anos decorridos entre 1850/56 e 1860/66, percebemos uma tendência ao enriquecimento nos grupos A e C, expressa no aumento do valor médio do inventário em cada grupo e na diminuição do grau de endividamento de ambos. O mesmo, porém, não ocorre com o grupo B, cujo valor médio do inventário se mantém e que se vê cada vez mais onerado por dívidas, enquanto diminui pela metade seu investimento em terras, que cai de 17% para 9% de sua fortuna total.

A razão principal para essa evolução "sui generis" parece estar numa dificuldade crescente deste último grupo em manter sua posição na hierarquia social local, sobretudo enquanto senhores escravistas, por conta principalmente do aumento do valor dos cativos, que entre 1850/51 e 1860/61 elevou-se em mais de 150% em Magé, segundo a tabela 3. Poder-se-ia, naturalmente, argumentar que

¹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁴ Vinhaes, Eliana M.G., *op.cit.*, pp.55-6.

no mesmo período o preço da farinha de mandioca, artigo básico da economia mageense, elevou-se em 163%,¹⁵ o que garantiria, assim, a reposição tranquila da mão-de-obra cativa. Ocorre, porém, que a média apresentada na tabela 3 tem como base todos os escravos presentes nos inventários, sem distinção de sexo ou idade, o que não nos permite perceber as variações ocorridas na composição dessa população. Se, no entanto, agregarmos tais dados à nossa análise, veremos uma situação um tanto diferente.

Em termos de participação feminina, veremos que ela pouco se modifica, mantendo-se sempre em torno dos 40% da população total. A diferença maior refere-se à composição etária da população. Nesse ponto, veremos que o percentual de escravos entre 14 e 40 anos (os mais valorizados) diminuiu, nesse período de 51,79% do total para 43,43%. Ou seja, tornaram-se minoria entre a população cativa. Podemos então afirmar que, se a população cativa local tivesse mantido a mesma composição, a variação no seu preço médio teria sido ainda maior. Dentro desse quadro, o grupo B aparece como o maior atingido. A sua média de cativos por inventário cai de 17,63 para 10 (-43,28%) em 1860/66, enquanto o percentual daqueles com idades entre 14 e 40 anos passa a 41,18%. Tudo isso ocorre apesar desse grupo manter mais de 50% de sua fortuna total investida em cativos. É importante ter em conta que o fato do número de escravos plenamente produtivos ter-se tornado minoritário frente aos demais resultava numa diminuição da produtividade e, portanto, da lucratividade da empresa escravista, levando-a muitas vezes a ter que aumentar seu endividamento para conseguir manter-se, o que a longo prazo acabava por dificultar a própria reprodução do grupo B.

Esses inventariados, assim, acabavam por ocupar uma posição frágil, já que boa parte de seu (aparente) patrimônio pertencia na verdade a terceiros. O exemplo mais flagrante desse processo é o inventário de Marianna Rosa dos Santos,¹⁶ falecida em 1860 e moradora em Teresópolis, então freguesia de Magé. Nesse,

¹⁵ Para maiores informações sobre o preço da farinha de mandioca no mercado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Cap. 1.

¹⁶ Inventário "post-mortem" de Marianna Rosa dos Santos, 1860; Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

vemos que de uma fortuna total de 1.987,46 libras, nada menos que 1.756,37 libras (88,37% do total) eram fruto de uma hipoteca feita pelo marido e inventariante de Marianna, Antônio Ignácio dos Santos, com um comerciante sediado no Rio de Janeiro, valor esse que Antônio pretendia pagar com o fornecimento de gêneros. Sem este empréstimo, Antônio e sua esposa estariam entre os mais modestos agricultores do grupo C, com uma fortuna total de mais ou menos 200 libras.

Já a evolução dos outros dois grupos parece estar ligada aos papéis que desempenhavam nessa sociedade. O grupo A, como controlador da economia local, era o que tinha menores dificuldades em manter seus padrões de investimentos em bens de raiz e escravos. Nesse último quesito, vemos que esta elite manteve um plantel médio de 54,5 escravos por inventário,¹⁷ com uma razão de masculinidade de 174. O problema aparecia, no entanto, na proporção de escravos entre 14 e 40 anos, que então já haviam se tornado minoria (44,39%). Ou seja, mesmo a elite local enfrenta dificuldades para manter a propriedade escrava nos padrões anteriores, e para consegui-lo dependeu da manutenção dos seus escravos mais velhos e do nascimento de novos. Seja como for, vemos que nesse momento essa elite não enfrenta maiores problemas para se reproduzir, uma vez que suas dívidas passivas se reduzem, graças tanto à conjuntura favorável do preço da farinha de mandioca, quanto ao controle que exercia sobre os principais fatores de produção e sua inserção nos circuitos mercantis, que lhe permitiam ampliar sua produção com maior tranquilidade.

Quanto ao grupo C, vemos que os seus plantéis se reduzem paulatinamente de uma média de 4,15 escravos por inventário em 1850/56 para 2,72 em 1860/66 (-34,49%), ainda quando o percentual de sua fortuna investido neste ítem apresenta um ligeiro aumento. Para este grupo, porém, essa perda parece assumir um tom bem menos catastrófico do que aquele encontrado no grupo B. Isso porque esta parcela dos inventariados, como vimos, possuía uma racionalidade distinta daquela da empresa escravista, uma vez que para ele o trabalho escravo era, em geral, um complemento do

¹⁷ Excetuando-se o inventário de um negociante, que possuía apenas 7 escravos.

trabalho familiar. Assim, a reprodução de suas unidades econômicas dependia muito menos do mercado para a reposição da mão-de-obra do que as dos grupos mais ricos. O que, numa conjuntura de preços agrícolas favoráveis, permitiu-lhe melhorar sua situação econômica.

A evolução ocorrida nos dez anos seguintes é marcante em vários aspectos. É isso porque assistimos a uma importante mudança na orientação dos investimentos da elite agrária, que passa a diversificar mais suas aplicações. A principal participação na composição de sua fortuna total continua cabendo aos escravos e bens de raiz, mas as inversões realizadas em ações e dívidas ativas ganham pela primeira vez um vulto significativo. O que aponta para um novo tipo de cálculo econômico, ainda ligado à reprodução da atividade agrária, mas que aos poucos distancia-se da escravidão. Veja-se que não só diminui o percentual investido em escravos como, principalmente, o plantel médio dessa faixa de fortuna, que cai abruptamente de um número médio de 45 escravos por inventário para não mais de 12,5 (-72%), o que sem dúvida contribui de forma significativa para a diminuição da média geral. A mesma queda no plantel médio verifica-se também no grupo B, mas de forma bem menos dramática, indo de 10 cativos por inventário para 8,38, enquanto o grupo C apresenta um surpreendente crescimento de 22% em seu plantel médio, que passa de 2,72 para 3,32. É também o único grupo que mantém mais da metade de sua fortuna investida nesse ítem.

Temos, portanto, uma elite agrária que se mantém enquanto tal (ainda que a duras penas), mas que paulatinamente abre mão do seu caráter de proprietária escravista. A partir dos anos 70, os grandes plantéis tornam-se definitivamente coisa do passado, e os grandes agricultores preferem destinar parte do dinheiro antes investido em escravos para aplicações mais seguras (como as dívidas ativas) ou com perspectiva de bom lucro, como as ações, apesar do risco inerente. Em outras palavras, perdem a confiança na continuação da empresa escravista.

Para explicar tal fato, devemos primeiro dizer que não se trata de um fenômeno exclusivo de Magé. Na verdade, a comparativamente modesta elite mageense estava acompanhada em suas decisões por alguns dos mais ilustres fazendeiros do império.

Em um texto recente, João Fragoso e Ana Maria Lugão¹⁸ analisam o caso do Comendador Manoel Vallim, que ao morrer em 1878 possuía um patrimônio cujo valor alcançava a impressionante soma de 271.667 libras esterlinas. Este Comendador, apesar de retirar o grosso de seus rendimentos da atividade agrícola desenvolvida por seus 650 escravos, tinha apenas cerca de 30% de sua fortuna aí investida ao morrer. E isso porque a partir de meados da década de 60 deixara de aplicar os lucros de seus cafezais e empréstimos (já que era também capitalista) na aquisição de mais terras e escravos. O Comendador não era, no entanto, o único a fazê-lo, pois o mesmo caminho era trilhado, entre outros, pelo Barão de Nova Friburgo, que também na mesma época decidiu investir seus lucros em imóveis urbanos, apólices da dívida pública e no comércio. Ou seja, ambos abandonam paulatinamente a escravidão.

O que não significa dizer que todos os grandes fazendeiros tenham tomado as mesmas decisões. É o mesmo Fragoso¹⁹ quem nos informa que, em Paraíba do Sul, mesmo em 1880-85 a fazenda escravista continuava sendo o principal setor da economia local, com o seu valor correspondendo a 82,1% da riqueza inventariada.

A explicação para essas orientações divergentes estaria, segundo Fragoso e Lugão, na existência de cálculos econômicos diferenciados no interior da elite agrária. Por um lado, teríamos aqueles que se baseavam na conjuntura favorável do café, bem como na falta de opções alternativas tanto em termos de investimentos mais lucrativos como de mão-de-obra. Além disso, a forte coesão existente na defesa da escravidão por parte dos grandes senhores, bem como a concentração cada vez maior da propriedade cativa nas mãos dos mesmos, parecia garantir um futuro ainda longo para a instituição escravista. Por outro lado, no entanto, a crise da escravidão já se fazia notar. Desde a década de 50, com a extinção do tráfico atlântico, o número de escravos só fazia diminuir, enquanto a agricultura cafeeira mantinha sua expansão em direção ao oeste

¹⁸ Fragoso, João L. R., e Rios, Ana M. L. "Comendador Manoel de Aguiar Vallim: um empresário brasileiro nos oitocentos." In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de e SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

¹⁹ Fragoso, João L.R., "Comerciantes...", p.526.

paulista. Acresça-se a isso o fato de que no Vale do Paraíba o fim das terras virgens e o declínio da fertilidade do solo eram uma realidade que só tendia a piorar, por conta do sistema de plantio adotado. Todos esses fatos teriam levado, assim, vários grandes fazendeiros a se precaverem de algo que sabiam inevitável a longo prazo: o fim da escravidão.

No caso de Magé a situação mostra-se um tanto distinta. Se temos aí uma queda no investimento em escravos, temos também a manutenção da atividade agrícola como a principal da elite local. O que se comprova não só pela análise do perfil de seus investimentos, como pela forma de inserção dessa mesma elite no almanaque Laemmert.

Dos 14 inventariados pertencentes a esse grupo, encontramos 10 (71%) anunciando no almanaque ao longo de todo o período. Desses, 9 aparecem sempre como fazendeiros e apenas um como padeiro e, mais tarde, como negociante e proprietário. Nenhum inventariado aparece inicialmente como comerciante ou capitalista e depois como fazendeiro/lavrador. Apenas nos inventários "especiais" (aqueles levantados fora dos períodos determinados) encontramos um exemplo desse tipo de trajetória na pessoa do Comendador Manoel Pinto de Carvalho,²⁰ falecido em 1882. De 1852 a 1874, o Comendador aparece unicamente como negociante e proprietário. Em 1876, porém, anuncia-se também como fazendeiro. Em 1878 sua empresa comercial aparece em liquidação, e em 1880 e 1882 encontramos-lo somente entre os fazendeiros. Mesmo assim, ao morrer, o Comendador ainda concentrava 61% de sua fortuna de mais de 11.000 libras em dívidas ativas, cujas origens estavam, em sua maioria, nas atividades usurárias, além de 9% em ações. Apenas 1/5 de todas as suas aplicações encontrava-se localizada em bens de raiz e escravos, sendo que destes últimos o Comendador era um modesto proprietário, se levarmos em conta sua fortuna, com somente 17 cativos em seu plantel.

²⁰ Inventário "post-mortem" de Manoel Pinto de Carvalho, 1882, Cartório do Segundo Ofício de Magé, s/n.

Ou seja, temos uma elite que mantém-se vinculada o tempo todo à atividade agrária mas não à escravidão, e que praticamente não se utiliza do comércio como mecanismo de acumulação.²¹

Para explicar esse quadro enfrentamos as mesmas dificuldades que Fragoso e Lugão, visto que o preço médio da farinha de mandioca, assim como o do café, encontrava-se numa conjuntura favorável desde meados da década de 50, tendo atingido seu ponto máximo exatamente em 1875/76. Além disso, enquanto o preço da farinha sobe 163,64% entre 1850/51 e 1860/61, o preço médio do escravo aumenta no mesmo período 151,45%, permitindo assim aos agricultores mageenses que acompanhassem, ao menos até certo ponto, a variação do custo de aquisição de mão-de-obra. Por esse lado, portanto, os agricultores mageenses não teriam motivos aparentes para abrir mão de seus escravos, uma vez que continuavam sendo bem remunerados pelo seu principal produto. Precisamos, portanto, procurar as razões em outro lugar.

A principal causa, ao nosso ver, encontra-se no esgotamento da capacidade de reprodução do sistema agrário mageense, causado pelo fim das terras virgens e pela queda da fertilidade do solo. Já em meados do século os agricultores locais reclamavam da pequena vitalidade da terra. Conseqüência perversa de um sistema de plantio predador, o esgotamento do solo vinha cobrar sua conta após quase 3 séculos de ocupação, principalmente nas freguesias mais antigas. Assim sendo, pouco adiantava para o agricultor manter uma paridade entre o preço do que produzia e o custo de reposição da mão-de-obra se não era mais capaz de produzir a mesma quantidade de outrora.

Caberia questionar aqui porque a agricultura mageense não expandiu-se, ao menos de forma significativa, para a freguesia de Santo Antônio do Paquequer, atual município de Teresópolis. Embora a população desta freguesia tenha crescido entre 1856 e 1872 de 1.955 para 3.457 pessoas (76,83%), a região permaneceu durante todo o período em foco com o caráter de subpovoada. Se a terra das demais freguesias de Magé encontravam-se esgotadas,

²¹ Não devemos ser muito incisivos, porém, quanto a esse ponto, uma vez que a acumulação dos capitais pertencentes a essa elite pode ter se dado no comércio da Corte.

Santo Antônio do Paquequer oferecia a possibilidade de expansão em terras ainda virgens.

Não é, no entanto, o que ocorre. Analisando os inventários específicos dessa freguesia não encontramos nenhum sinal de uma prosperidade local maior. Pelo contrário. A maioria das grandes fortunas inventariadas encontrava-se nas áreas "velhas", e Paquequer parece permanecer como uma área de fronteira, onde predominavam os pequenos proprietários. Não que não houvessem pessoas ricas na freguesia, mas essas não eram em geral grandes proprietárias de terras nem de escravos, concentrando suas fortunas em lotes urbanos, dinheiro e dívidas ativas.

A explicação para o fenômeno, ao nosso ver, está na teoria da renda de Marx. Mais especificamente, naquilo que este chamou de renda diferencial,²² ligada à fertilidade e situação da terra. Utilizando-nos desta teoria, poderíamos considerar que o aumento da produção resultante do uso de terras mais férteis geraria uma renda adicional para os agricultores estabelecidos em Teresópolis frente aos das demais freguesias de Magé. Essa renda adicional não foi, no entanto, suficiente para compensar o aumento no custo do transporte decorrente da transferência para uma freguesia de difícil acesso (ou era suficiente apenas para isto). Francisco Carlos,²³ em sua tese, afirma:

Muitas vezes trocava-se um rendimento superior, da dimensão de 1/3 a 50%, por outro menor em função de um gasto menor com o transporte. Uma curiosa combinação de fatores poderia levar à anulação do rendimento proporcionado pela terra mais fértil em virtude do custo do transporte a partir da terra com pior (mais longe) localização.

No caso de Magé, a diferença em termos de transporte era evidente. Enquanto as três freguesias da região de baixada (Suruí, Piedade e Guapimirim) contavam com vários rios navegáveis, que garantiam uma ligação direta e de baixo custo com a Corte, para

²² Uma ótima discussão a respeito da teoria da renda em Marx está em Cardoso, Ciro, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, Cap. I.

²³ Silva, Francisco C.T. da, *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói, UFF, 1990 (Tese de doutorado), p. 163.

chegar-se a Teresópolis era necessária uma viagem de dois dias no mínimo, na qual tinha-se que vencer uma subida de 970 metros por uma estrada em péssimas condições. O problema dos transportes era tão essencial para a região que esta só desenvolveu-se a partir de finais do século XIX, com a chegada da estrada de ferro.

Devemos nos lembrar, no entanto, que Guapimirim ainda possuía uma razoável capacidade de expansão, como nos comprova o aumento de mais de 100% de sua população cativa entre 1856 e 1872.²⁴ O que permitiu ao sistema agrário mageense, num primeiro momento, resolver o seu problema de carência de terras novas.

A partir da década de 70, porém, a situação deteriora-se, como podemos ver pela queda constante do número médio de escravos por inventário apresentada pela tabela 3. Guapimirim parece ter chegado ao seu limite em termos de expansão, entrando, ao nosso ver, no processo de decadência das outras freguesias, como indica a ausência, aí, de grandes proprietários escravistas a partir desse período, com a exceção de um único inventário com 37 escravos em 1880. Outro aspecto negativo para a evolução da agricultura local que merece destaque é a promulgação da chamada "lei do ventre livre", que considerava livres os filhos de escravas nascidos após 1872. Isso porque,²⁵ a reprodução dos escravos em Magé após 1850 deu-se fundamentalmente de forma endógena. O surgimento do "ventre livre", portanto, significou para estes senhores um forte desestímulo ao investimento em escravos, já que só poderiam utilizar o trabalho dos novos membros do plantel até a idade de 21 anos. Ou seja, o período improdutivo destes (13/14 anos) seria maior do que o produtivo (7/8 anos). Um tiro de morte, portanto, para uma agricultura que já não podia dar-se ao luxo de repor sua mão-de-obra cativa através do mercado, ficando assim dependente da reprodução daqueles a quem lhe cabia, paradoxalmente, explorar.

²⁴ Para uma análise mais detalhada da demografia escrava em Magé neste período, ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Capítulo 4.

²⁵ O caráter endógeno da reprodução escrava em Magé foi por nós analisado não somente em nossa Dissertação como em um artigo recente: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de,

Conclusão

A partir do que foi exposto, torna-se mais fácil compreendermos as transformações verificadas nos últimos anos do escravismo. A princípio, estranharíamos o quase-desaparecimento do grupo A de fortuna, da elite agrária local enfim, que se encontrava representada por um único inventário no período, indicando que parte da mesma tenha empobrecido então. No entanto, se tomarmos as dívidas passivas desse grupo no período anterior, veremos que as mesmas eram pouco significativas frente ao patrimônio levantado. Não é aí, então, que encontraremos a resposta.

Na verdade, a principal causa desse empobrecimento foi a desvalorização sofrida pelos principais itens que compunham a fortuna dessa elite. Se, por um lado, ela aos poucos abria mão da propriedade de seus escravos (uma vez que não conseguia repô-los), por outro aqueles que lhe restavam perdiam aceleradamente o seu valor, chegando a atingir em 1885/86 praticamente a metade do que valiam, em libras esterlinas, em 1850/51, por causa principalmente do envelhecimento do plantel. Quanto ao preço da farinha de mandioca, devemos lembrar²⁶ que o mesmo também apresenta redução em 1885/86, quando retorna aos patamares de 1850/51. Por fim, temos as terras, cuja evolução em termos de preço não pudemos infelizmente levantar, já que as informações disponíveis nos inventários nem sempre são completas em relação à área avaliada. Mesmo assim, podemos imaginar que o valor das mesmas dificilmente deixou de cair, por conta do seu esgotamento.

Ou seja, a elite agrária mageense não entrou em decadência por conta de dificuldades financeiras como, por exemplo, um acúmulo de dívidas passivas, mas sim porque o sistema agrário local já não era capaz de garantir-lhe a reprodução no mesmo padrão anterior. O que não deve, de forma alguma, ser confundido com uma diminuição do grau de hierarquização existente nessa sociedade. Em verdade, o que ocorreu foi o que poderíamos denominar de uma mudança de patamar. A elite agrária continuou a existir e a controlar os principais fatores de produção, ainda que empobrecida. Qualquer

²⁶ Ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, *op.cit.*, Capítulo 1.

dúvida, basta que reexaminemos a tabela 1.4. Nesta, vemos que a "nova elite" é composta pelo que sobrou do antigo grupo A de fortuna e pelo grupo B. Juntos, ambos os grupos contam com somente 12% dos inventariados, mas controlam 52% da fortuna total levantada, 51% das inversões em bens de raiz e 49% daquelas em escravos. Aos outros 88% dos inventariados (o que dizer da população total?) restava a exclusão.